



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

(Lei nº 14.133/2021; art. 17 da RA nº 74/2023; art. 5º da
Portaria TRT/GP/DG nº 140/2024)

I - Identificação da Unidade Demandante	
Unidade:	Divisão de Manutenção e Projetos de Engenharia (DMPE)
E-mail:	nmp@trt24.jus.br
Telefone:	67 3316-1859

II - Justificativa da necessidade da contratação e a descrição sucinta do objeto
<p>DADOS PROAD (a serem inseridos na abertura)</p> <p>Assunto: Aquisição de Bens e Serviços: Contratação</p> <p>RESUMO: Limpeza de fachadas em pele de vidro, estrutura de alumínio, revestimento de alumínio composto (ACM) e pastilhas cerâmicas no Edifício Sede, localizado em Campo Grande/MS.</p> <p>Objeto: Contratação de serviços especializados de limpeza de fachadas em pele de vidro, estrutura de alumínio, revestimento de alumínio composto (ACM) e pastilhas cerâmicas no Edifício Sede, localizado em Campo Grande/MS, visando garantir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Manutenção do período de garantia de 12 anos do fabricante do revestimento de alumínio composto (ACM), marca Tecbond, DAY BRASIL S/A, conforme documento nº 131, PA nº 24992/2023, referente aos pagamentos das medições do PROAD 19603/2023 [execução de reforma predial no edifício sede deste Tribunal (etapa 2)];• Conservação e limpeza prediais, especialmente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

nas fachadas em pele de vidro e revestimentos em ACM, para que esteja preservada a funcionalidade e estética dos elementos.

- Conformidade com a legislação:

- o Federal: Lei nº 9.636/1998, art.11.

Art. 11. Caberá à SPU a incumbência de fiscalizar e zelar para que sejam mantidas a destinação e o interesse público, o uso e a integridade física dos imóveis pertencentes ao patrimônio da União, podendo, para tanto, por intermédio de seus técnicos credenciados, embargar serviços e obras, aplicar multas e demais sanções previstas em lei e, ainda, requisitar força policial federal e solicitar o necessário auxílio de força pública estadual.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, quando necessário, a SPU poderá, na forma do regulamento, solicitar a cooperação de força militar federal.

§ 2º A incumbência de que trata o presente artigo não implicará prejuízo para:

I - as obrigações e responsabilidades previstas nos arts. 70 e 79, § 2º, do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946;

II - as atribuições dos demais órgãos federais, com área de atuação direta ou indiretamente relacionada, nos termos da legislação vigente, com o patrimônio da União.

- o Federal: Decreto-Lei nº 9.760/1946, art. 70)

Art. 70. O ocupante do próprio nacional, sob qualquer das modalidades previstas neste Decreto-lei, é obrigado a zelar pela conservação do imóvel, sendo responsável pelos danos ou prejuízos que nele tenha causado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Problema a ser resolvido:

- Necessidade de limpeza de fachadas em vidro e revestimento em alumínio composto (ACM), para manutenção da garantia de fabricação do elemento ACM e conservação predial dos elementos.
- Entretanto, tais fachadas se apresentam em sua grande maioria em altura superior a 2 (dois) metros, o que já exigirá utilização de dispositivos de elevação.
- A realização de serviços em altura superior a 2 (dois) metros, já configura a aplicação da Norma Regulamentadora NR-35 (TRABALHO EM ALTURA).

35.2.1 Aplica-se o disposto nessa Norma a toda atividade com diferença de nível acima de 2,0m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda.

- Nessa situação específica, impõe-se a aplicação integral da NR 35, inclusive com disponibilização de trabalhador autorizado para trabalho em altura.
- Destaca-se que não há contratação em vigor neste Tribunal na qual se possa executar tais atividades de limpeza.
- Ainda, a execução desta limpeza exige que seja precedido de Análise de Risco (AR) e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho (PT).

35.5.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de AR.

- Em tais atividades nas fachadas prediais, será necessária a instalação de sistema de proteção contra quedas (SPQ).

35.6.1 É obrigatória a utilização de SPQ sempre que não for possível evitar o trabalho em altura.

- Conforme previsto na NR 35, poderão ser utilizados acesso por corda (Anexo I), sistemas de ancoragem (Anexo II).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

- Tem-se ainda, outras NRs de aplicação imediata a situação exigida:
 - o NR-01 - DISPOSIÇÕES GERAIS e GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS
 - o NR-06 - - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI
 - o NR-11 - TRANSPORTE, MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS
 - o NR-18 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO
- Na Norma Regulamentadora NR-18 se verifica a regulamentação para utilização de outros tipos de dispositivos de trabalho em altura, conforme indicados abaixo:
 - o Andaime e plataforma de trabalho
 - o Andaime simplesmente apoiado
 - o Andaime suspenso
 - o Andaime suspenso motorizado
 - o Plataforma de trabalho de cremalheira
 - o Plataforma elevatória móvel de trabalho - PEMT
 - o Cadeira suspensa
- Para garantir a aplicação integral das Normas Regulamentadoras aplicáveis, é imprescindível a disponibilidade e responsabilidade de um profissional legalmente habilitado (técnico de segurança do trabalho e engenheiro/arquiteto especialista em segurança do trabalho).
- Por se tratar de edificação em uso rotineiro, deverá se ter cuidados adicionais aos locais de circulação de pessoas, veículos e bens, para se evitar acidentes.

III - Estimativa das quantidades, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Para levantamento de quantidades, foram separadas em dois tipos de área, sendo área de pele de vidro e área de revestimento em alumínio composto (ACM).

Em cada caso, foi realizado um detalhamento de quantitativo, conforme memoriais de cálculo anexos.

Resumidamente, obtém-se os seguintes quantitativos:

	ÁREA (m²)	% da área total
pele de vidro	2.492,5	45,59%
alumínio composto	2.750	50,30%
estrutura de alumínio	133,95	2,45%
pastilhas cerâmicas	91,2	1,67%
TOTAL	5.467,65	

As áreas de estrutura de alumínio e pastilhas cerâmicas se referem a região interna do edifício, na região em frente aos elevadores panorâmicos, desde o pavimento térreo até o quinto andar.

IV - Estimativa preliminar do valor da contratação:

Por se tratar de serviço específico e sem qualquer referencial de custos em sistemas oficiais tais como SINAPI, bem como sem histórico de contratação neste Tribunal (primeira contratação desta natureza), foi realizado um pré-orçamento baseado nos quantitativos levantados e em todas as características principais e relevantes a serem consideradas para uma proposta de preços.

Foram enviados para potenciais empresas a participarem um arquivo com fotos dos locais a serem limpos, bem como um planilha com detalhamento de áreas e locais, para que fosse preenchida com os valores por m².

Foram contatadas nove empresas locais, sendo que



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

somente duas empresas apresentaram uma proposta prévia.

Foi adotado nessa estimativa inicial um valor médio das duas propostas, ficando em R\$ 400.665,57, com prazo médio de execução de 63 dias úteis (3 meses).

V - Alinhamento aos objetivos estratégicos e indicação da fonte de recursos (SIGEO-JT):

Vinculação ao Plano Anual de Contratações: consta do Plano Anual de Contratações 2025, disponível no link <https://www.trt24.jus.br/web/transparencia/plano-anual-de-compras>, no item "Limpeza de fachada revestida em alumínio composto (ACM), pele de vidro e pastilhas cerâmicas para edifício sede (DCR)" (unidade requisitante DMPE).

Fonte de recursos: estão previstos nos itens orçamentários SIGEO abaixo, com valor totalizado de R\$ 398.239,00 (GND 3).

- 151252025000123 - Limpeza de fachada revestida em alumínio composto (ACM), pele de vidro e pastilhas cerâmicas para edifício sede (DCR) - R\$ 398.239,00

VI - Data prevista para aquisição de bens ou de início da prestação de serviços:	VII - Grau de prioridade
Previsão para iniciar o serviço em novembro de 2025.	ALTA

VIII - Indicação de vinculação ou dependência com objeto de outro Documento de Formalização de Demanda (DFD) para sua execução:

Dependências: Não há dependência ou vinculação com outras contratações previstas, haja vista que se pretende



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

que seja fornecimento de serviços, incluindo mão de obra, ferramental, insumos, equipamentos de proteção individual e coletiva, equipamentos de ancoragem, materiais e todos os itens necessários para "Limpeza de fachada revestida em alumínio composto (ACM), pele de vidro e pastilhas cerâmicas para edifício sede (DCR)".

IX - Informação se a implementação, instalação ou execução do objeto do pedido demanda intervenção de área técnica específica distinta da unidade demandante, se for o caso:

Dado que "Limpeza de fachada revestida em alumínio composto (ACM), pele de vidro e pastilhas cerâmicas para edifício sede (DCR)" envolve aspectos de movimentação de materiais e pessoas, bem como instalação de sistema de segurança do trabalho (em altura), diversas áreas na projeção vertical das fachadas e regiões circunvizinhas deverão ser isoladas, para se evitar acidentes.

Desse modo, deverá ser comunicado o setor de segurança e de veículos oficiais, para que haja isolamento de áreas e controle de estacionamento de motos e veículos nas regiões afetadas pela limpeza.

X - Servidores indicados para compor o Grupo de Trabalho que elaborará os instrumentos de planejamento da contratação:

Servidores indicados para Grupo de Trabalho:

- Renato Merli Oliveira Lima
- Amon Micael Fernandes Flores
- Mateus Cominetti (Sustentabilidade)

Campo Grande - MS, 19 de agosto de 2025.

Amon Micael Fernandes Flores
Gestor da Unidade Demandante